

COMISSÃO DE
FINANÇAS E ORÇAMENTO

05/08/97

PMG/GP



Comissão de Legislação, Justiça e Redação
Igarassu, 05 de 08 de 97

Presidente

Igarassu, 25 de julho de 1997.

22/57/97

PROJETO DE LEI Nº. 008/97.

A SANÇÃO

EM 13/08/1997

Presidente

LIDO NO EXPEDIENTE
05/08/97

EMENTA: Cria cargos públicos na administração municipal e dá outras providências.

Artigo 1º - Ficam criados no âmbito da Secretaria de Educação, 150 (cento e cinquenta) cargos de Professor, padrão M-1, de provimento efetivo através de Concurso Público de provas, com o vencimento fixado em R\$ 145,60 (cento e quarenta e cinco reais, e sessenta centavos), a preço de julho de 1997.

Artigo 2º - Ficam criados no âmbito da Secretaria de Administração, 50 (cinquenta) cargos de Guarda Municipal GAG-1, de provimento efetivo, através do Concurso Público de provas, com vencimento fixado em R\$ 123,60 (cento e vinte e três reais e, sessenta centavos) a preço de julho de 1997, sendo 40 (quarenta) vagas para o efetivo masculino e 10 (dez) vagas para o efetivo feminino.

Artigo 3º - Serão reservadas 1% (um por cento) das vagas dos cargos criados por secretaria para portadores de deficiência física, nos termos do artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, observadas as atribuições inerentes ao cargo.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Artigo 6º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 25 de julho de 1997.


PREFEITO

a) Yves Ribeiro de Albuquerque.

LIDO NO EXPEDIENTE

Igarassu


13/08/97

A SANÇÃO
EM 13/08/97
AI
Presidente

RECEBI O ORIGINAL EM

13/08/97

Gab. Prefeito

Visto



PREFEITURA
IGARASSU

PMIg/GP



Igarassu, 25 de julho de 1997.

Mensagem justificativa nº. 008/97.

Excelentíssimo senhor presidente,
Excelentíssimos senhores vereadores,

LIDO NO EXPEDIENTE

Igarassu

08/08/97
A)

Considerando que no município de Igarassu, o corpo docente não atende a demanda existente, deixando a administração municipal comprometida com a educação, encaminhamos o projeto de lei nº. 008/97, de 25 de julho do ano em curso, o qual criará 150 cargos de professor, e 50 cargos de guarda municipal, mediante concurso público.

Diante da necessidade do projeto, vimos solicitar a apreciação do Projeto de Lei nº. 008/97.

Isto posto, solicitamos os bons ofícios e empenho do senhor presidente e dos demais pares na apreciação e aprovação do projeto em epígrafe.

Cordialmente,

Ives Ribeiro de Albuquerque
Prefeito

A SANÇÃO
EM 31/08/1997
A) Presidente

PREFEITURA
IGARASSU



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho - Igarassu - Pernambuco

LIDO NO EXPEDIENTE

Igarassu

16/12/97

Então quem não cumpriu com o princípio constitucional foi o Sr. Prefeito.

- 3) - (Ora, como poderia o Poder Executivo, ser eficiente e administrar os recursos orçamentários se a Câmara Municipal de Igarassu elaborou ou tro Projeto de Lei, que embora não tenha alterado o valor total orça^{men}tário de R\$ 14.760.000,00 (quatorze milhões, setecentos e sessenta mil reais), mas modificou toda a estrutura e distribuição orçamen^{tá}ria, como por exemplo: - Na proposta orçamentária do Executivo na atividade 2.49 (Manutenção dos serviços de iluminação pública) foi cortado o elemento de despesa material de consumo. Como poderá o município manter o sistema de iluminação pública, sem poder comprar materiais de reposição, tais como: fios, lâmpadas e acessórios?)

Diz o Prefeito que a Câmara "elaborou outro Projeto de Lei", que o impedi^{ria} de ser eficiente para administrar os recursos orçamentários.

Confessa que a Câmara não alterou o valor total orçamentário de R\$...... 14.760.000,00, mais modificou toda a estrutura e distribuição orçamentá^{ria}.

Sua Excelência foi um tanto infeliz na sua justificativa, é de pensar-se que não lhe mostraram o seu Projeto de Lei enviado para a Câmara para comparar com o que foi feito pela Câmara.

Se não sejamos:

- O orçamento geral, consta de 13 (treze) unidades administrativas consti^{tui}das pela:

- Câmara Municipal, ^{se}
- 12 (doze) Secretarias do Executivo.

Entre estas foram distribuídos os recursos municipais orçamentários pre^{vi}stos.

As Emendas apresentadas foram respaldadas no Art. 166 - parágrafo 3º da Constituição Federal que estabelece:

" § 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos' que o modifiquem somente podem ser aprovados caso."

" I - Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes' Orçamentárias;"

"II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes' de anulação de despesas, excluídas a que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviços de dívida;

c) ...

d) ...

e) ...

Presidente

discussão

16/12/97



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho - Igarassu - Pernambuco LIDO NO EXPEDIENTE

Igarassú 16/12/97

Examinando-se os casos específicos da justificativa do Executivo vamos encontrar que a Câmara fez tudo dentro dos ditames da Constituição Federal, e vejamos:

- a) O alogado outro Projeto de Lei Orçamentária elaborado pela Câmara:
- A dotação para Câmara, que o Prefeito deveria ter incluído no Projeto do Orçamento Geral, tal qual a proposta enviada pela Câmara, na forma do Art. 7º da Lei 2.248/97, esta foi cortada em R\$ 240.070,00, sendo necessária as Emendas tiradas parte das dotações do Executivo que não eram proibidas na forma do Art. 166, inciso II da C.F. Corrigiu-se assim uma omissão do Executivo, que burlou o princípio da legalidade.
- b) Quanto ao corte de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) da manutenção dos serviços de iluminação pública e por demais que esse serviço é de competência da CELPE.
- c) Das 12(doze) Secretarias do Executivo no total de R\$ 12.960.000,00, só foram mexidas para completar o orçamento da Câmara, isto apenas no montante de R\$ 240.070,00 em que foram envolvidas só 3 (três) Secretarias. Portanto o Projeto do Executivo foi mantido praticamente nas dotações propostas para as suas unidades administrativas.
- d) Quanto a modificação do texto da Lei Orçamentária com a retirada do Art. 4º e seus incisos, foi feito como preconiza o Art. 166, no seu § 3º - Inciso III - Alínea "b" da Constituição Federal.
- 4) - (No Projeto do Executivo, na Secretaria de Saúde (Construção e Reforma nas Unidades de Saúde), a Câmara repetiu o mesmo Projeto na Secretaria de Obras.)

Nada impede, nem é ilegal, que na Secretaria de Obras, existente na estrutura do Município, seja incluída dotação para a construção de qualquer obra, pois é da sua função específica executar obras.

É uma forma de dotação orçamentária atípica, principalmente no caso em foco, pois é competência própria da dita Secretaria.

Vale ainda alegar que atípica também é a Secretaria de Obras, que tipicamente não se encontra no elenco das Funções de Governo, da Portaria nº 9, de 28 de janeiro de 1974 - Atualizada pela Portaria nº 04, de 12 de março de 1975.

5) - (Na Secretaria de Planejamento e Serviços Urbanos, a Câmara transportou um valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão e oitenta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais), incluído dotação de atividades essenciais à administração municipal, para a Secretaria de Obras, para a execução de obras de infraestrutura urbana.)

APROVADO EM
por unanimidade
na sessão de 16/12/97
Rubrica do Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho - Igarassu - Pernambuco **LIDO NO EXPEDIENTE**

Igarassu

16/12/92

As dotações foram mantidas só que foram remanejadas com aplicações estabelecidas em projetos para dar objetividade, a uma delineação programática exigidas pelo orçamento programa.

Por exemplo, no lugar de parte da dotação destinada para Construção e Reforma de Necrópoles foi substituída pela indicação do local e o tipo de obras como: Ampliação do Cemitério de Igarassu e Cruz de Rebouças e Construção do Velório de Igarassu.

Foi por esta forma que se operou as emendas, porém se deixando em cada dotação um saldo para emprego à cargo do Executante do Orçamento, embora esse procedimento fuja a característica do atual orçamento programa.

Além do mais com um cotejo entre dotações propostas pelo Sr. Prefeito no seu Projeto de Lei e as Emendas desfaz totalmente as razões da justificativa do veto, uma vez que as alegações feitas diante da mínima comparação fazem qualquer eiva da ilegalidade dita pelo Chefe do Executivo.

- 6) - (Na verdade, O Projeto de Lei originário do Poder Executivo como aprovado pela Augusta Câmara Municipal tolhe direito constitucional do Prefeito, ou seja, a prática de atos administrativos que são de sua exclusiva competência, os quais, justificadamente e atendidos os princípios da conveniência, eficiência, e oportunidade, são atos de gestão inerentes ao Poder Executivo. Como se sabe, o gestor da coisa pública, tem o poder de praticar atos da administração, que são de sua exclusiva competência. No caso do Projeto de Lei ora vetado, e o é, porque as competências constitucionais do Prefeito, são tolhidas por decisão de outro poder (ferindo, portanto a independência dos Poderes). Por oportuno imagine-se a seguinte situação, como exemplo do quanto ficaria manietado o Poder Executivo Municipal. Se sancionado o Projeto de Lei como aprovado pela Augusta Câmara Municipal o Poder Executivo não poderia fazer o calçamento da rua tal, mesmo numa situação de emergência e atendido o interesse público, vez que a rua não fora consignada na Lei Orçamentária?)

O Sr. Prefeito fez que o Projeto talhou os seus direitos constitucionais. Não explicou quais foram os direitos tolhidos disse apenas que o dá conveniência, eficiência e oportunidade.

Em nenhum momento o Projeto proíbe esses ou qualquer outro que seja legal. O da conveniência, deve também ser disciplinado por lei, com qualquer

uma outra coisa. Os atos de gestão são de competência exclusiva do Prefeito.

Além disso, a eficiência e a oportunidade são conceitos muito subjetivos.

Assim, a Câmara Municipal não pode, sob qualquer pretexto, interferir na administração do Prefeito.

Aprovado em 16/12/92 discussa
por Quarantido
sala das sessões 16/12/1992
Rubrica do Presidente



Casa de Duarte Coelho - Igarassu - Pernambuco

LIDO NO EXPEDIENTE

Igarassú

16 D 12 x 97

O preconizado Mestre dos Mestres, o saudoso Hely Lopes Leirelles, procura do como tábua de salvação do nosso "Burgo Mestre", em continuação a citação feita, na mesma página da Sua Obra, diz, para complementar a citação usada:

"Esse dever de eficiência" "corresponde ao dever de boa administração."

"A eficiência funcional é, pois, considerada no sentido amplo, abrangendo não só a produtividade do exercente do cargo ou da função, como a perfeição do trabalho e a sua adequação técnica aos fins visados pela administração, para o que se avaliam os resultados, confrontam-se os desempenhos.

"Tal controle desenvolve-se, portanto, na tríplex linha administrativa, econômica e técnica."

"Neste ponto, convém assinalar que a técnica é hoje inseparável da Administração e se impõe como fator vinculante em todos os serviços públicos especializados..."

Então, na apresentação do seu Projeto de Lei Orçamentária, em apreciação, S.Exa. não usou o citado "Dever de eficiência" que invoca para si sem usar a técnica hoje inseparável da Administração Pública como recomenda o Mestre Hely Lopes. E vejamos:

- a) - A não aplicação da Lei nº 2.248/97, que no seu Art. 1º manda que o orçamento para 1998 seja elaborado de acordo com a citada Lei -- Diretrizes Orçamentárias, cujo Projeto de Lei, de sua autoria, foi aprovado pela Câmara sem qualquer Emenda;
- b) - Como o orçamento é elaborado e executado de acordo com a Lei de Diretrizes (Art. 1º) está portanto limitado aos ditames desse Diploma Legal , que não preconiza a inclusão na Lei Orçamentária do dispositivo constante do Art. 4º do Projeto de Lei nº 009/97 do Executivo Municipal, que tanto influiu para o seu veto.

Pelo visto o Projeto do Executivo não evidenciou o "Dever de eficiência", e falhou na sua elaboração.

Assim, se S.Exa. não cumpriu a disciplinadora Lei das Diretrizes Orgamên-
tária, cujo projeto, vale lembrar, foi de sua autoria e aprovado sem emen-
das, foi porque fugiu ao cumprimento dos princípios constitucionais.

A Câmara, como é do seu dever, corrigiu esse erro, existente na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária.

Sua Excelência que tanto gosta de "Princípios" colheu um dos mais elogiados, muito certo:

APROVADO em 14.12.2019
por Chiquinho presidente
SALA das sessões 61/219
discussão
Rubrica do Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho - Igarassu - Pernambuco

LIDO NO EXPEDIENTE

Igarassú

16/12/97
[Signature]

não é presa a vontade pessoal se esta não tem base legal.

Na "alínea 2 (dois) acima já foi largamente invocado o pensamento da aplicação do princípio da eficiência.

Sua Excelência apenas divagou com o repetido palavrório de inconstitucionalidade do que foi aprovado, será que os seus Assessores não lhe mostraram o disposto no Art. 166 e seus incisos e parágrafos da Constituição Federal, para "que pudesse verificar que tudo foi feito dentro dos ditames da Lei. Assim não houve a inconstitucionalidade invocada e não objetivada por sua Excelência, que apenas interpreta fatos desajustados ao fato em foco.

7) - (De outra parte, o Projeto de Lei aprovado, retira do Poder Executivo, uma faculdade prevista na Legislação Federal (adotada pela União, Estados e Municípios) ou seja, o pedido e autorização de suplementação orçamentária, corriqueiramente autorizado em todas as Leis Orçamentárias do País. Como se sabe, sem autorização de suplementação orçamentária, é impossível, via de regra, a administração pública fazer face aos fatos nosso e situações de emergências que surgem no decorrer da vigência da Lei Orçamentária.)

V.Exa. devia ter sido advertido pelos seus Assessores de que no Orçamento só poderia constar na sua elaboração as Diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentária para 1998, se esta não faz referência ao caso para a sua inclusão, então "não poderia ter sido incluído por não ter sido recomendado pela Lei nº 2.247/97.

O projeto aliás foi de iniciativa de S.Exa. e do mesmo constam dispositivos inexatos a correção periódica do Orçamento, pela T.R., o que na prática apresenta uniforme uma suplementação de todas as dotações orçamentárias.

A Câmara nada mais fez do que cumprir com as suas obrigações reconhecidas por S.Exa. na "alínea 1" da justificativa do seu veto.

Assim o Projeto está correto dentro dos pródornos legais, por isso voto "contra o VETO a ele apostado pelo Sr. Prefeito.

Sala das Seções, em 16 de dezembro de 1997.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

[Signatures]

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:

[Signatures]